



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XLI Concurso Público para Provimento dos Cargos de Juiz do Trabalho Substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edital

A Vice-Presidente Administrativa, no exercício da Presidência, Desembargadora Cândida Alves Leão, COMUNICA, aos interessados o procedimento para a Prova Oral e o programa específico (Pontos), o quanto segue:

De acordo com as normas constantes do Edital do concurso, a Comissão da Prova Oral elaborou 50 pontos, contendo cada um deles três temas de três matérias diferentes, relativas as doze matérias constantes do edital.

Todos os pontos contêm obrigatoriamente um tema das matérias consideradas básicas, a saber: Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil.

Os dois outros temas de cada ponto dizem respeito às demais matérias constantes do Edital do Concurso, a saber: Direito Civil, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Previdenciário, Direito de Empresa, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Internacional e Comunitário e Noções Gerais de Direito e Formação Humanística.

Todos os candidatos habilitados para a prova oral deverão proceder ao sorteio de um dos pontos, com 24 horas de antecedência de sua arguição, de acordo com a ordem estabelecida e divulgada com antecedência, pela Comissão de Concurso.

Realizado o sorteio, o candidato deverá preparar uma breve exposição de cada um dos três temas sorteados, que será apresentada, em até dez minutos, à Comissão da Prova Oral, que indicará, no momento da arguição, qual tema deverá ser apresentado.

Após a exposição o candidato será arguido sobre os três temas constantes do ponto por ele sorteado.

PONTOS PARA A PROVA ORAL DO XLI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PONTO 1

Direito do Trabalho

Caracterização do emprego e altos empregados.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O juiz e a emoção.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Civil

Vigência da lei no tempo e no espaço.

PONTO 2

Direito do Trabalho

Alteração subjetiva do empregador, inclusive na Recuperação Judicial de Empresas.

Direito Civil

Espécie de Contratos.

Direito Internacional

O princípio da territorialidade, suas peculiaridades e diferenças das diretrizes do Tratado de Roma de 2007.

PONTO 3

Direito do Trabalho

Limites do poder fiscalizatório e disciplinar do empregador.

Direito Previdenciário

Natureza jurídica do contrato de previdência da Emenda nº 20 de 1988 da Constituição Federal.

Direito Civil

Pessoas naturais.

PONTO 4

Direito do Trabalho

Discriminação no contrato de trabalho e proteção ao trabalho da mulher.

Direito Previdenciário

Hipóteses de incidência da contribuição previdenciária.

Direito Civil

Adimplemento e inadimplemento das obrigações.

PONTO 5



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito do Trabalho

Teoria das nulidades e contrato de trabalho formado com entes da administração direta e indireta sem o requisito do concurso público.

Direito Internacional

O princípio da territorialidade, suas peculiaridades e diferenças das diretrizes do Tratado de Roma de 2007.

Direito Civil

Pessoas jurídicas.

PONTO 6

Direito do Trabalho

Teoria das nulidades e contrato de trabalho para desenvolvimento de atividade contravencional.

Direito Internacional

O trabalhador brasileiro e as regras aplicáveis ao contrato de trabalho, quando transferido para o exterior.

Direito Civil

Atos jurídicos.

PONTO 7

Direito do Trabalho

Terceirização (lícita e ilícita) e responsabilidades dos partícipes.

Direito Civil

Prescrição e decadência.

Direito Administrativo

Atos Administrativos.

PONTO 8

Direito do Trabalho

Modalidades de salário e remuneração e composição de títulos não salariais.

Direito Civil

Contratos em geral.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Previdenciário

A proteção ao emprego da pessoa com deficiência.

PONTO 9

Direito do Trabalho

Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.

Direito Penal

Condutas criminosas em relação à anotação da carteira de trabalho e previdência social.

Direito Civil

Modalidades das obrigações.

PONTO 10

Direito do Trabalho

A renúncia de direitos trabalhistas.

Direito Civil

Danos decorrentes de acidentes do trabalho: responsabilidade objetiva

Direito Penal

Fraude à execução como fato típico penal e fraude processual.

PONTO 11

Direito do Trabalho

Dissociação de categorias profissionais e categorias profissionais diferenciadas.

Direito Penal

Os crimes de falsificação de documentos, uso de documento falso e supressão, extravio, sonegação ou inutilização de documentos.

Direito Previdenciário

Indenização acidentária e indenização civil constitucional: aspectos comuns e aspectos diferentes.

PONTO 12



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito do Trabalho

Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução e jurisdição. Medidas judiciais no curso de greve: dissídio coletivo. Fixação de contingente mínimo de trabalhadores. Interdito proibitório.

Direito Civil

Responsabilidade civil.

Direito Previdenciário

Acidentes de Trabalho, caracterização e reflexos do contrato Individual de Trabalho.

PONTO 13

Direito Processual do Trabalho

Organização da Justiça do Trabalho.

Direito da Criança e do Adolescente

Criança e adolescente. Idades. As proibições ao trabalho do menor e os efeitos da contratação do menor para o trabalho em serviços insalubres, perigosos e proibidos.

Direito Civil

Indenização por danos morais: critérios de cálculo

PONTO 14

Direito Processual do Trabalho

Competência da Justiça do Trabalho.

Direito Civil

Indenização por danos materiais decorrentes de acidentes do trabalho: critérios de cálculo e pagamento em parcela única.

Direito Internacional

A convenção nº 158 DA OIT.

PONTO 15

Direito Processual do Trabalho

Petição Inicial e Contestação.

Direito Civil

Do bem de família.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito da Criança e do Adolescente

Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Deveres da família, da sociedade e do Estado para com a criança e o adolescente e seus reflexos no trabalho.

PONTO 16

Direito Processual do Trabalho

Provas no Processo do Trabalho.

Direito da Criança e do Adolescente

Contrato de aprendizagem: requisitos de validade, cotas de aprendizes, formação profissional, idades limites, duração do trabalho e pessoas com deficiência.

Direito Previdenciário

O acordo multilateral de seguridade social do Mercosul.

PONTO 17

Direito Processual do Trabalho

Despacho, Decisão Interlocutória e Sentença.

Direito Civil

Locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada.

Direito Internacional

A convenção nº 87 da OIT.

PONTO 18

Direito Processual do Trabalho

Embargos Declaratórios.

Direito Internacional

Aplicabilidade das convenções da OIT no Brasil: Procedimento e competência para ratificação.

Direito Previdenciário

Seguridade complementar e suas conexões com contrato individual de trabalho.

PONTO 19



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Processual do Trabalho

Recurso Ordinário.

Direito Previdenciário

Beneficiários da Previdência Social: o empregado e o seu regime jurídico previdenciário.

Direito Internacional

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

PONTO 20

Direito Processual do Trabalho

Recurso de Revista.

Direito Previdenciário

Hipóteses de incidência da contribuição previdenciária.

Direito da Criança e do Adolescente

Estágio: Caracterização do contrato, requisitos de validade, direitos do estagiário, limitação no tempo e das jornadas.

PONTO 21

Direito Processual do Trabalho

Agravo de Instrumento.

Direito Previdenciário

Benefícios da Previdência Social: quanto ao segurado.

Psicologia Judiciária

Assédio moral e assédio sexual: possibilidade de caracterização a partir do contrato de trabalho.

PONTO 22

Direito Processual do Trabalho

Liquidação de Sentença.

Direito Internacional

Diferença entre trabalhador expatriado, fronteiro, imigrante e transferido.

Direito da Criança e do Adolescente

O trabalho educativo. Conceito, requisitos, direitos dele decorrentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

PONTO 23

Direito Processual do Trabalho

Execução de sentença.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O juiz no ordenamento jurídico contemporâneo: idéias sobre o papel do juiz.

Direito Internacional

Tipos de convenções coletivas da OIT quanto à aplicabilidade.

PONTO 24

Direito Processual do Trabalho

Dissídio Coletivo.

Direito Previdenciário

Benefícios da Previdência Social: quanto ao dependente.

Direito Internacional

Competência para denúncia de convenções da OIT, segundo o ordenamento jurídico brasileiro.

PONTO 25

Direito do Trabalho

Condutas anti-sindicais. Espécies e conseqüências.

Direito Empresarial

Direito Empresarial e coligações societárias.

Direito Comunitário

Diferença entre Direito Comunitário, Direito da União Européia e Direito Internacional.

PONTO 26

Direito Constitucional

Direitos e garantias fundamentais.

Direito Empresarial

Direito Empresarial e responsabilidade dos sócios e dos débitos trabalhistas da empresa.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Comunitário

Bases institucionais do Direito Comunitário Europeu: Tratados.

PONTO 27

Direito Constitucional

Tutela Constitucional das Liberdades.

Direito Empresarial

Direito Empresarial: conceito de Empresa.

Direito Comunitário

Aspectos trabalhistas do Tratado de Maastricht revisado pelo Tratado de Amsterdã (1997) e pelo Tratado de Nice (2001).

PONTO 28

Direito Constitucional

Poder Judiciário e Ministério Público.

Direito Empresarial

Grupo de empresas no direito brasileiro.

Direito Comunitário

O Tratado de Lisboa.

PONTO 29

Direito Constitucional

Organização do Estado.

Direito Empresarial

Caracterização do grupo de empresas.

Direito Comunitário

Órgãos que integram a estrutura da União Europeia e do ordenamento comunitário europeu.

PONTO 30



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Constitucional
Administração Pública.

Direito Empresarial
Grupos societários e grupos empresariais: identificação ou separação.

Direito Comunitário
Funções do Tribunal de Justiça da União Européia.

PONTO 31

Direito Constitucional
Organização dos Poderes.

Direito Empresarial
O Código Civil Brasileiro e o empresário.

Direito Comunitário
Funções do Conselho Europeu.

PONTO 32

Direito Constitucional
Direitos Sociais.

Direito Empresarial
O Código Civil Brasileiro e os tipos societários.

Direito Comunitário
Direito Primário e Direito Derivado no sentido do Direito Comunitário.

PONTO 33

Direito Constitucional
Processo Legislativo.

Direito Empresarial
Sucessão de empresas.

Direito Comunitário
É possível falar em Direito Constitucional da União Européia?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

PONTO 34

Direito Constitucional

Controle de Constitucionalidade.

Direito Empresarial

Repercussões da Lei de Recuperação de Empresas na sucessão de empresas.

Direito Comunitário

O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Coletivos.

PONTO 35

Direito Constitucional

Ordem Econômica e Financeira.

Direito Empresarial

Empresas: falência e direitos do trabalhador.

Direito Comunitário

O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Individuais.

PONTO 36

Direito Constitucional

Ordem Social.

Direito Empresarial

Formas de coligações do Código Civil Brasileiro.

Direito Comunitário

Diferença entre Regulamentos e Diretivas da União Européia e do Direito Comunitário.

PONTO 37

Direito Processual Civil

Amicus curiae como forma de intervenção de terceiros (Lei n. 13.105/2016)

Direito Administrativo

Administração Pública e Governo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Direito e Justiça: conceitos.

PONTO 38

Direito Processual Civil

Legitimação ordinária e legitimação extraordinária: substituição processual e suas hipóteses.

Direito Administrativo

Serviços Públicos.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Conceito de Ordenamento Jurídico.

PONTO 39

Direito Processual Civil

O Ministério Público e sua atuação no processo.

Direito Administrativo

Poder de Polícia.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Conceito de norma jurídica.

PONTO 40

Direito Processual Civil

Provas. Sistema de presunções e distribuição de ônus da prova.

Direito Administrativo

Estado e a propriedade privada.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Tipos de normas jurídicas trabalhistas: constitucionalismo social.

PONTO 41

Direito Processual Civil

Tutela provisória de urgência no CPC/2015 (Lei n. 13.105/2016)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Administrativo

Administração Indireta e descentralização.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A lei e o problema da sua inderrogabilidade.

PONTO 42

Direito Processual Civil

Motivos de extinção dos feitos sem resolução do mérito.

Direito Administrativo

Entidades Paraestatais e Terceiro Setor.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Diferença entre leis de ordem pública e leis de ordem pública social.

PONTO 43

Direito Processual Civil

Princípio do contraditório como norma fundamental do processo civil no CPC 2015 (Lei n. 13.105/2015)

Direito Administrativo

Servidores Públicos.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

Os princípios no direito e sua aplicação no direito do trabalho.

PONTO 44

Direito Processual Civil

Preclusão e coisa julgada. Caracterização, limites e efeitos.

Direito Administrativo

Processo Administrativo.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O princípio da proporcionalidade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

PONTO 45

Direito Processual Civil

Embargos declaratórios e suas decorrências.

Direito Administrativo

Bens Públicos.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

O princípio da valorização da dignidade do ser humano.

PONTO 46

Direito Processual Civil

O sistema de recursos no processo civil e recentes modificações. Recurso Extraordinário. Hipóteses de cabimento. Efeitos.

Direito Administrativo

Improbidade Administrativa.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A hermenêutica jurídica e o Direito do Trabalho.

PONTO 47

Direito Processual Civil

Liquidação de sentença. Modalidades e métodos.

Direito Administrativo

O Poder de Polícia e seus meios de atuação.

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística

A interpretação do direito e as escolas interpretativas.

PONTO 48

Direito Processual Civil

Execução. Responsabilidade patrimonial. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa constante do título executivo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Direito Administrativo

Os regimes público e privado na Administração Pública.

Direito Civil

Adimplemento e inadimplemento das obrigações.

PONTO 49

Direito Processual Civil

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Lei n. 13.105/2016)

Sociologia do Direito

Transformações sociais e Direito: o Direito do Trabalho e a sociedade contemporânea.

Direito Previdenciário

Responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária.

PONTO 50

Direito Processual Civil

Fundamentação da sentença.

Direito Civil

Contratos mercantis frente ao atual código civil: alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), Franquia e (franchising-Lei nº 8955/94),.

Direito Penal

Crime de abuso de autoridade.

São Paulo, 23 de março de 2017.

CÂNDIDA ALVES LEÃO
Desembargadora Vice-Presidente Administrativa
no exercício da Presidência do Tribunal.